



## Departamento de Investigação e Ação Penal Regional do Porto

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

Referência: 414541188

Inquérito 1574/22.0KRPT

### MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO

O Exmo. Procurador da República, Dr. Mago de Rocha Pacheco, do Departamento de Investigação e Ação Penal Regional do Porto - 1ª Secção – Porto:

MANDA que, nos termos dos art.ºs 174º, n.º 2, 177º, n.º 1 e 269º, n.º 1, al. c), todos do C.P. Penal, seja efetuada **BUSCA** às instalações abaixo identificadas, com observância das formalidades legais previstas nos art.ºs 176º e 177º do mesmo diploma legal, **PARA EFETIVA APREENSÃO** de todos os elementos que possam esclarecer a investigação e instrução do processo, **a cumprir no prazo máximo de 30 DIAS** – art.ºs 178º e 174º, n.º 4, ambos do C. P. Penal.

Determina a realização de pesquisa em ambiente informático, mormente computadores, servidores, pens, drives, pendrives, à documentação em ambiente digital, bem como a apreensão dos dados informáticos necessários para a produção da prova (cfr. artigo 15.º e 16.º da Lei do Cibercrime), podendo, inclusivamente, a apreensão de dados informáticos ser realizada pela apreensão dos suportes onde se encontram instalados os sistemas ou dos suportes onde estão armazenados os dados informáticos, bem como dos dispositivos necessários à respetiva leitura (cfr. artigo 16.º, n.º 7, alínea a), da Lei do Cibercrime).

Antes de se proceder a busca, é entregue cópia do despacho que a determinou a quem tiver a disponibilidade do lugar, fazendo-se menção de que pode assistir à diligência e fazer-se acompanhar ou substituir por pessoa de sua confiança, que se apresente sem delonga. Faltando as pessoas referidas, a cópia do despacho pode ser entregue, sempre que possível, a um parente, vizinho ou porteiro ou alguém que o substitua - art.º 176º, n.º 1 e 2, do C.P. Penal.

Nos termos do n.º 3 do mesmo preceito legal, juntamente com a busca ou durante ela pode proceder-se a revista de pessoas que se encontrem no lugar, se quem ordenar ou efetuar a busca tiver razões para presumir que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova.

No que dispõe o art.º 173º do referido diploma legal, a autoridade competente pode determinar que alguma ou algumas pessoas não se afastem do local do exame e obrigar, com o auxílio da força pública, se necessário, as que pretenderem afastar-se a que nele se conservem, enquanto o exame não terminar e a sua presença for dispensável.

De tudo se lavrará auto.



**Departamento de Investigação e Ação Penal Regional do Porto**

**1ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.dia.regional@tribunais.org.pt

**LOCAL DA DILIGÊNCIA:**

Câmara Municipal de Ponte da Barca, domicílio: Praça Dr. António Lacerda, 8, 4980-620  
Ponte da Barca

Porto, 11-09-2025

(Documento elaborado por Técnico de Justiça Helder Pascoal)

O Procurador da República,

Dr. Mago de Rocha Pacheco

323  
7



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunaais.org.pt

Inquérito

**DESPACHO**

**A. Das buscas não domiciliárias, das revistas, das pesquisas de dados informáticos e das consequentes apreensões**

**1. Das buscas não domiciliárias, das revistas e das consequentes apreensões**

O Código de Processo Penal de 1987 consagrou o inquérito como fase preliminar obrigatória e geral de investigação e conferiu ao Ministério Público a competência para dirigir o inquérito (cfr. artigos 53.º, n.º 2, alínea b) e 263º, n.º 1, do Código de Processo Penal).

O Ministério Público, detendo, em exclusivo, a competência para a direção desta fase processual, considera-se autoridade judiciária (cfr. artigo 1.º, alínea b), do Código de Processo Penal).

Com efeito, o Ministério Público detém, em exclusivo, a competência material para dirigir o inquérito, que compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas (cfr. artigo 262.º, n.º 1 do Código de Processo Penal).

Apenas o Ministério Público, a quem competem tais funções de direção do inquérito, “pratica os atos e assegura os meios de prova necessários à realização das finalidades do inquérito” (cfr. artigo 267.º do Código de Processo Penal).

As buscas, em sede de inquérito, servem para descobrir, recolher e apreender (todas as) provas, representando, assim, instrumento essencial na recolha dos indícios suficientes capazes de determinar se o crime em investigação se verificou ou não e se o arguido indiciado foi ou não o seu autor (cfr. Manuel Monteiro Guedes Valente, *Revistas e*



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

inquérito

*Buscas*, pág. 46).

“Para a realização de uma busca basta tão só a existência de meros indícios de que quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, se encontram em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, como é o domicílio, até porque estamos ainda na fase da recolha de prova, constituindo esta no caso vertente verdadeiramente o seu ponto de partida para a investigação” (Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 07/12/2005, *Coletânea de Jurisprudência* 2005/V, pág. 49).

Por seu turno, as apreensões, tal como as buscas, as revistas e as pesquisas de dados informáticos são meios de obtenção de prova (cfr. artigos 178.º e seguintes do Código de Processo Penal e artigos 15.º e 16.º da Lei do Cibercrime).

Dispõe o n.º 1 do artigo 178.º do Código de Processo Penal que “são apreendidos os instrumentos, produtos ou vantagens relacionados com a prática de um facto ilícito típico, e bem assim todos os objetos que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir a prova”.

Determina o artigo 174.º, n.º 1 do Código de Processo Penal que “(q)uando houver indícios de que alguém oculta na sua pessoa quaisquer animais, coisas ou objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, é ordenada a revista.”

O Ministério Público enquanto autoridade judiciária (cfr. artigos 1.º, alínea b), e 263.º, n.º 1 do Código de Processo Penal) tem competência para ordenar e autorizar a realização de busca não domiciliária, de pesquisa de dados informáticos, de revista e, bem assim, a realização de apreensões (cfr. artigos 174.º, n.º 3, 178.º, n.º 3, e 267.º do Código de Processo Penal e artigos 15.º e 16.º da Lei do Cibercrime).

324  
7

Processo: 1574/22.0KRPRT  
Referência: 414538068



**DIAP Regional do Porto**

**1ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155  
4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

**2. Da subsunção dos indícios coligidos ao Direito**

Os presentes autos de inquérito possuem por objeto a investigação de eventuais influências no seio da Câmara Municipal de Ponte da Barca, movidas sob interesses partidários e particulares, na tomada de decisões de contratação de serviços, bem como na celebração de contratos de trabalho, envolvendo os seguintes denunciados:

**1. Joana Margarida Monteiro Ricardo que**

- i. Foi candidata à CMPTB em 2017 e em 2021 pelo PSD;
- ii. Foi contratada pela CMPTB em 06/06/2018 e em 20/01/2020;
- iii. Foi contratada pela empresa Hobbyvida, Lda. (507796012) em 03/12/2021, mas continua a exercer funções nas instalações da CMPTB;
- iv. É casada com Rui Pedro Taveira Araújo, o qual entrou para o quadro da CMPTB num concurso público para as escolas.

**2. Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro**

- i. É irmã do Vereador José António Ribeiro da Costa, eleito pelo PSD em 2017, o qual suspendeu e renunciou ao mandato;
- ii. Tem contratos de prestação de serviços com a CMPTB em 29/07/2019, 17/07/2020, 11/08/2021 e 04/07/2022, “espera-se a renovação dos contratos até à entrada no quadro, com um concurso feito à medida”.



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

**3. Helena Conceição Costa Monteiro que**

- i. Integrou uma lista independente à Junta de Freguesia de Bravães apoiada pelo PSD;
- ii. Abandonou o cargo da junta em 2022 para ir trabalhar para a CMPTB em 25/03/2022 “por quase 40 mil euros”.

**4. Júlio Cláudio Sousa Silva que**

- i. Foi funcionário nas Piscinas Municipais, é casado com Maria Isabel Fernandes Silva, candidata à Assembleia de Freguesia em 2017 e 2021 pelo PSD;
- ii. Por ser apoiante do executivo da CMPTB, “foi presenteado com 3 contratos de prestação de serviços” em 03/10/2018, 23/08/2019 e 29/09/2020;
- iii. Continua nas Piscinas Municipais através de uma empresa de prestadores de serviços.

**5. Marina Isabel Marques Reis que**

- i. Candidatou-se à Junta de Freguesia de Vila Nova de Muia pelo PSD de Ponte da Barca em 2017;
- ii. “Trabalhava nas escolas, veio para o edifício da Câmara e hoje esta no Gabinete de apoio ao Presidente”;
- iii. O marido Delfim Costa foi contratado pela CMPTB para prestar serviços;

325  
7

Processo: 1574/22.0KRPRT  
Referência: 414538068



**DIAP Regional do Porto**

**1ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

- iv. O irmão, Geraldo Reis, “atual deputado municipal do PSD entrou para o quadro da câmara num concurso público. Foi para as escolas” e “presta serviços à Junta de Freguesia de Vila Nova de Muía, transportando as crianças para a escola. O mesmo do Rui Araújo”.
- 6. Manuel José Jorge Lopes que
  - i. É fiscal da Câmara;
  - ii. Foi “candidato à Junta de Freguesia de Cuide de Vila Verde em 2017 pelo PSD, mantendo-se na Junta em 2021, agora como vice por excesso de mandatos, também foi promovido em 2018”.
- 7. Rui Manuel Pimenta Gomes que é
  - i. “Candidato à Junta de freguesia de Vade. S. Pedro pelo PSD em 2017 e 2021, outro funcionário que foi promovido”.
- 8. Pedro Silva que
  - i. É de Bravães e “também foi promovido por ter apoiado Augusto Marinho”.
- 9. Estevão de Jesus Alves Rodrigues que
  - i. É empreiteiro;
  - ii. É o “(a)tual Presidente da Junta de Freguesia de Britelo, que sempre foi do PS e foi independente apoiado pelo PSD, começou a receber pagamentos da Câmara com obras”.



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

10. José António de Sousa Vicira da Silva que

- i. É “comerciante”;
- ii. Enquanto “Presidente da Junta de Ponte da Barca pelo PSD eleito em 2017 e 2021, também recebe, desde 2017, pagamentos da Câmara pela compra de matérias na loja”.

Nos presentes autos foi possível apurar:

1. Relativamente a Joana Margarida Monteiro Ricardo (cfr. fls. 154), que:
  - i. Em 6 de junho de 2018, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato de “aquisição de serviços de análise e controlo da receita municipal sobre imóveis”, entre o Município de Ponte da Barca e Joana Margarida Monteiro Ricardo, na sequência de Ajuste Direto, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP, pelo preço contratual de 11.650,00 € (onze mil, seiscentos e cinquenta euros) (cfr. fls. 82 e 87 a 89);
  - ii. Em 22 de janeiro de 2020, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato de “prestação de serviços para Apoio no Espaço Cidadão da Loja do Cidadão de Ponte da Barca”, entre o Município de Ponte da Barca e Joana Margarida Monteiro Ricardo, na sequência de Ajuste Direto, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP, pelo preço contratual de 8.730,00 € (oito mil, setecentos e trinta euros) (cfr. fls. 82 a 86);
  - iii. Em 27 de janeiro de 2023, no âmbito do procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional Serviços Gerais, tornou-se pública

**DIAP Regional do Porto****1.ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

os resultados obtidos na entrevista profissional de seleção, onde se encontra Joana Margarida Monteiro Ricardo, tendo obtido a classificação de 19,00 valores - melhor classificação atribuída nesta fase (cfr. fls. 90);

- iv. Em 15 de maio de 2023, foi publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 93, o Aviso n.º 9483/2023, o qual tornou público a celebração do contrato de trabalho por tempo indeterminado entre o Município de Ponte da Barca e Joana Margarida Monteiro Ricardo, na carreira e categoria de Assistente Operacional, serviço gerais, com efeitos a 11 de abril de 2023 (cfr. fls. 24);
- v. Em 1 de julho de 2024, foi publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 125/2024, o Aviso n.º 13368/2024/2, o qual tornou público o termo com sucesso do período experimental de a trabalhadora Joana Margarida Monteiro Ricardo na carreira e categoria de Assistente Operacional, área de Serviços Gerais, no âmbito do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado em 11 de abril de 2023 (cfr. fls. 91);
- vi. No âmbito do procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de oito postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional, inerente à área funcional de auxiliar de ação educativa, tornou-se pública a lista unitária de ordenação final, onde se encontra Rui Pedro Taveira de Araújo, graduado em 7.º lugar, com uma classificação final de 15,59 valores (cfr. fls. 92 a 93);
- vii. Em 14 de abril de 2023, foi publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 74, o Aviso n.º 7705/2023, o qual tornou público o termo com sucesso do período experimental de vínculo dos trabalhadores na carreira



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Tel: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**requérito**

e categoria de Assistente Operacional, inerente à área de Auxiliar de Ação Educativa, no âmbito do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado em 3 de maio de 2021, entre os quais consta Rui Pedro Taveira de Araújo (cfr. fls. 25 e 155)

**2. Relativamente a Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro (cfr. fls. 156), que:**

- i. Em 30 de julho de 2019, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato de “aquisição de serviços para Apoio/Acompanhamento Psicológico na Área da Educação”, entre o Município de Ponte da Barca e Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro, com um prazo de execução de 365 dias e pelo preço contratual de 19.759,60 € (dezanove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), na sequência de Ajuste Direto, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP (cfr. fls. 95 e 118 a 120);
- ii. Em 26 de agosto de 2020, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato de “aquisição de serviços para Apoio/Acompanhamento Psicológico na Área da Educação”, entre o Município de Ponte da Barca e Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro, com um prazo de execução de 334 dias e pelo preço contratual de 19.659,60 € (dezanove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), na sequência de Ajuste Direto, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP (cfr. fls. 95 e 115 a 117);
- iii. Em 11 de agosto de 2021, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato de “aquisição de serviços para Apoio/Acompanhamento Psicológico na Área da Educação”, entre o Município de Ponte da Barca e Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro,

327  
7

Processo: 1574/22.0KRPRT  
Referência: 414538068



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto  
Rua de Camões, 155  
4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

com um prazo de execução de 334 dias e pelo preço contratual de 19.759,60 € (dezanove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 95 e 112 a 114);

- iv. Em 2 de agosto de 2022, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato n.º 35/2022 de “prestação de serviços Apoio/Acompanhamento Psicológico na Área da Educação”, entre o Município de Ponte da Barca e Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro, com um prazo de execução de 334 dias e pelo preço contratual de 19.759,60 € (dezanove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 95 a 107 e 111);
- v. Em 10 de julho de 2023, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato n.º 27/2023 de “prestação de serviços na Área de Psicologia”, entre o Município de Ponte da Barca e Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro, com um prazo de execução de 336 dias e pelo preço contratual de 19.759,60 € (dezanove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 95 e 102 a 106);
- vi. Em 22 de julho de 2024, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato n.º 52/2024 de “Serviços de Psicologia em contexto escolar”, entre o Município de Ponte da Barca e Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro, com um prazo de execução de 365 dias e pelo preço contratual de 19.759,60 € (dezanove mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), na sequência de Consulta



**DIAP Regional do Porto**

**1ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155  
4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 95 a 101);

- vii. José António Ribeiro da Costa (cfr. fls. 157), irmão de Ana Catarina Ribeiro Costa Monteiro, foi Vereador eleito pelo PSD solicitou suspensão do mandato em 07/02/2019, pelo período de 180 dias (cfr. fls. 157).

**3. Relativamente a Helena Conceição Costa Monteiro (cfr. fls. 158) que:**

- i. Assumiu o cargo de Secretaria da Junta de Freguesia de Bravães, na sequência das eleições autárquicas de 2021 (cfr. fls. 26);
- ii. Em 30 de setembro de 2021, o PSD congratula os "(...) vários movimentos independentes que conquistaram maiorias e Presidências de Junta de Freguesia, nomeadamente em Bravães, BEM – Bravães em Movimento" que contaram com o apoio público do partido na campanha eleitoral (cfr. fls. 23);
- iii. É Vogal da Comissão Política de Secção do PSD, pela Concelhia de Ponte da Barca, na sequência da eleição de 8 de abril de 2023 (cfr. fls. 37);
- iv. Em 30 de março de 2022, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato n.º 19/2022 de "Aquisição de Serviços Jurídicos para acesso e registo de prédios rústicos na plataforma EBUPI no âmbito da candidatura do sistema de informação cadastral simplificado", entre o Município de Ponte da Barca e Helena da Conceição da Costa Monteiro, com um prazo de execução

**DIAP Regional do Porto**

1.ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

de 731 dias e pelo preço contratual de 39.800,00 € (trinta e nove mil, oitocentos euros), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 27 a 29).

4. Relativamente a Júlio Cláudio Sousa Silva (cfr. fls. 159) que:

- i. Em 4 de outubro de 2018, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato de “Aquisição de Serviços par administrativo de receção e controlo de entradas das Piscinas Municipais”, entre o Município de Ponte da Barca e Júlio Cláudio Sousa e Silva, com um prazo de execução de 330 dias e pelo preço contratual de 10.692,00 € (dez mil, seiscentos e noventa e dois euros), na sequência de Ajuste Direto, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do CCP (cfr. fls. 30 a 33);
- ii. Em 30 de agosto de 2019, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato para “Administrativo de receção e controlo de entradas das Piscinas Municipais”, entre o Município de Ponte da Barca e Júlio Cláudio Sousa e Silva, com um prazo de execução de 395 dias e pelo preço contratual de 12.700,00 € (doze mil, setecentos euros), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 30 e 32);
- iii. Em 30 de agosto de 2019, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato para “Administrativo de receção e controlo de entradas das Piscinas Municipais”, entre o Município de Ponte da Barca e Júlio Cláudio Sousa e Silva, com um prazo de execução de 395 dias e pelo preço contratual de 12.700,00 €



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

(doze mil, setecentos euros), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 30 e 32)

- iv. Em 2 de outubro de 2020, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato para “Administrativo de receção e controlo de entradas das Piscinas Municipais”, entre o Município de Ponte de Barca e Júlio Cláudio Sousa e Silva, com um prazo de execução de 395 dias e pelo preço contratual de 12.636,00 € (doze mil, seiscentos e trinta e seis euros), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do CCP (cfr. fls. 30 e 31);
- v. Em 27 de setembro de 2023, no âmbito do procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional Serviços Gerais, tornou-se pública os resultados obtidos na entrevista profissional de seleção, onde se encontra Júlio Cláudio Sousa e Silva, tendo obtido a classificação de 18,13 valores – segunda melhor classificação atribuída nesta fase (cfr. fls. 121);
- vi. Em 30 de janeiro de 2024, no âmbito do mesmo procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional Serviços Gerais, tornou-se pública a lista unitária de ordenação final, contudo, Júlio Cláudio Sousa e Silva não consta dessa lista, nem consta qualquer menção do motivo da sua exclusão do procedimento (cfr. fls. 122);

329  
7

Processo: 1574/22.0KRPRT  
Referência: 414538068



**DIAP Regional do Porto**

1.ª Secção – Porto  
Rua de Camões, 155  
4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

5. Relativamente a Maria Isabel Marques Reis (cfr. fls. 160) que:
- i. Nos termos do Despacho de 26 de abril de 2017, outorgado pelo Presidente da Câmara, António Vassalo Abreu, que procedeu à afetação dos trabalhadores do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ponte da Barca, Maria Isabel Marques Reis foi afeta à Secção de Educação, Desporto, Cultura e Turismo (cfr. fls. 127 a 138);
  - ii. Assumiu o cargo de Secretária da Junta de Freguesia de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães, na sequência das eleições autárquicas de 2021 (cfr. fls. 36verso);
  - iii. É Vice-Presidente da Assembleia de Secção do PSD, pela Concelhia de Ponte da Barca, na sequência da eleição de 8 de abril de 2023 (cfr. fls. 37verso);
  - iv. Geraldo Sabino Marques Reis (cfr. fls. 161), irmão de Maria Isabel Marques Reis, é deputado da Assembleia Municipal de Ponte da Barca eleito pelo PSD nas Autárquicas de 2021 (cfr. fls. 22verso);
  - v. No âmbito do mesmo procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de oito postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional, inerente à área de Auxiliar de Ação Educativa, tornou-se pública a lista unitária de ordenação final onde se encontra Geraldo Sabino Marques Reis, graduado em 6.º lugar, com uma classificação final de 15,75 valores (cfr. fls. 92 e 93);
  - vi. Em 14 de abril de 2023, foi publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 74, o Aviso n.º 7705/2023, o qual tornou público o termo com sucesso do período experimental de vínculo dos trabalhadores na carreira



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

e categoria de Assistente Operacional, inerente a área de Auxiliar de Ação Educativa, no âmbito do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado em 3 de maio de 2021, entre os quais consta Geraldo Sabino Marques Reis (cfr., fls. 25 e 155).

**6. Relativamente a Manuel José Jorge Lopes que:**

- i. Nos termos do Despacho de 26 de abril de 2017, outorgado pelo Presidente da Câmara, António Vassalo Abreu, que procedeu à afetação dos trabalhadores do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ponte da Barca, Manuel José Jorge Lopes foi afeto à Secção de Fiscalização Municipal (cfr. fls. 127 a 138);
- ii. Assumiu o cargo de Secretário da Junta de Freguesia de Bravães, na sequência das eleições autárquicas de 2021 (cfr. fls. 34verso).

**7. Relativamente a Rui Manuel Pimenta Gomes que:**

- i. Em 10 de fevereiro de 2009, foi publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 28, Aviso (extrato) n.º 3409/2009, o qual torna público a celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado, com efeito a 30 de dezembro de 2008, de vários trabalhadores, dos quais, Rui Manuel Pimenta Gomes, na categoria de Desenhador de 2.ª classe, escalão 1 (cfr. fls. 123 a 124);
- ii. Nos termos do Despacho de 26 de abril de 2017, outorgado pelo Presidente da Câmara, António Vassalo Abreu, que procedeu à afetação dos trabalhadores do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Ponte da

330  
7

Processo: 1574/22.0KRPRT  
Referência: 414538068



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

Barca, Rui Manuel Pimenta Gomes foi afeto à Secção de Projeto de Obras Municipais (cfr. fls. 127 a 138);

- iii. Assumiu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Vade (S. Pedro), na sequência das eleições autárquicas de 2021 (cfr. fls. 35).

**8. Relativamente a Estevão de Jesus Alves Rodrigues, que:**

- i. Em 23 de janeiro de 2008, foi constituída a sociedade Estevão de Jesus Alves Rodrigues, Unipessoal, Lda., com o objeto social “Construção e reparação de edifícios, compra e venda de propriedades”. Tendo como sócio-gerente Estevão de Jesus Alves Rodrigues e com um capital social inicial de 5.000,00 € (cinco mil euros), a referida sociedade tem a sua sede em “Britelo 4980 PONTE DA BARCA” (cfr. fls. 177 a 180);
- ii. Em 1 de abril de 2020, foi publicado no portal dos contratos públicos – [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) – a celebração do contrato de “Requalificação da Praça Terras da Nobrega – Ponte da Barca”, entre o Município de Ponte da Barca e Estevão de Jesus Alves Rodrigues, Unipessoal, Lda., com um prazo de execução de 60 dias e pelo preço contratual de 66.577,50 € (sessenta e sei mil, quinhentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), na sequência de Consulta Prévia, nos termos do artigo 19.º, alínea c) do CCP (cfr. fls. 38);
- iii. Assumiu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Britelo, na sequência das eleições autárquicas de 2021 (cfr. fls. 125);
- iv. Em 30 de setembro de 2021, o PSD congratula os “(...) vários movimentos independentes que conquistaram maiorias e Presidências de



**DIAP Regional do Porto**

**1ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

Junta de Freguesia, nomeadamente (...) na Freguesia d Britelo, UPB Unidos por Britelo, liderado por Estevão de Jesus Rodrigues” que contaram com o apoio público do partido na campanha eleitoral (cfr. fls. 23).

**9. Relativamente a José António de Sousa Vieira da Silva, que:**

- i. Em 6 de março de 2008, foi constituída a sociedade José António de Sousa Vieira da Silva & Filho, Lda., com o objeto social “Prestação de serviços de hospedagem inserida na modalidade de turismo no espaço rural (TER), designadamente em casa de campo, alojamento local e outros serviços no âmbito do turismo rural. Organização e promoção de atividades turísticas e de lazer promovidas por si ou em parceria com empresas especializadas. Comercialização e venda de produtos regionais. Comércio e aplicação de tintas, vernizes e produtos similares, comércio de material de bricolage, de equipamentos sanitários e similares, comércio de máquinas e ferramentas, de lareiras e de recuperadores de calor e mobiliário”. O capital social inicial, no total de 5.000,00 € (cinco mil euros), foi constituído pelos sócios, José António de Sousa Vieira da Silva com uma quota de 4.000,00 € (quatro mil euros) e José Pedro Araújo Vieira da Silva, com uma quota de 1.000,00 € (mil euros), assumindo o primeiro, desde então, a gerência da sociedade (cfr. fls. 162 a 164);
- ii. No Relatório de Prestação de Contas de 2019 do Município de Braga, consta uma despesa da sociedade José António de Sousa Vieira da Silva & Filho, Lda., no valor de 98,15 € (noventa e oito euros e quinze cêntimos);

331  
7

Processo: 1574/22.OKRPRT  
Referência: 414538068



**DIAP Regional do Porto**

**1ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

- iii. Assumiu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães, na sequência das eleições autárquicas de 2021 (cfr. fls. 36);
- iv. É Vice-Presidente da Comissão Política de Secção do PSD, pela Concelhia de Ponte da Barca, na sequência da eleição de 8 de abril de 2023 (cfr. fls. 37).

Mais se apurou nos autos, no que concerne a Joana Margarida Monteiro Ricardo, Júlio Cláudio Sousa da Silva e a Marina Isabel Marques Reis (cfr. fls. 165 a 168) que:

- a. Joana Margarida Monteiro Ricardo (cfr. fls. 170) contraiu matrimónio com Rui Pedro Taveira de Araújo em 12 de agosto de 2017 (cfr. fls. 171);
- b. Júlio Cláudio Sousa da Silva (cfr. fls. 172) contraiu matrimónio com Maria Isabel Fernandes em 11 de setembro de 1999 (cfr. fls. 173);
- c. Marina Isabel Marques Reis (cfr. fls. 174) contraiu matrimónio com Delfim Filipe Oliveira da Costa 28 de julho de 2012 (cfr. fls. 175).

Nos presentes autos de inquérito, para garantir a conservação e a veracidade da demais prova a recolher sobre os factos denunciados, não foi possível obter mais informação relativamente à matéria denunciada, uma vez que todos os restantes elementos de prova terão de ser carreados para os autos, sem o conhecimento prévio dos suspeitos, através de medidas de obtenção de prova de carácter mais intrusivo, as quais deverão ser executadas, na mesma data, relativamente a todos os elementos que importa aprender.



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155  
4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

Inquérito

**3. Da pesquisa de dados informáticos e consequentes apreensões**

No âmbito dos crimes cometidos em relação aos quais seja necessário proceder à recolha de prova em suporte informático, ao abrigo da Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro), por via do disposto nos artigos 11.º, n.º 1, alínea c), e 15.º, o Ministério Público pode ordenar ou autorizar o acesso a dados informáticos, por ser a autoridade competente e a autoridade que preside à fase processual em que se encontra o presente inquérito [artigos 1.º, alínea b), e 263.º do Código de Processo Penal].

Na verdade, cabe ao Ministério Público determinar, por despacho, que se proceda a uma pesquisa em sistema informático (artigo 15.º, n.º 1 da Lei do Cibercrime), podendo, inclusivamente, quando, no decurso de pesquisa, surgirem razões para crer que os dados procurados se encontram noutro sistema informático, ou numa parte diferente do sistema pesquisa, e que são legitimamente acessíveis a partir do sistema inicial, a pesquisa ser estendida mediante autorização ou ordem do Ministério Público (artigo 15.º, n.º 5 da Lei do Cibercrime).

Acresce, ainda, que ao Ministério Público cabe, também, autorizar ou ordenar, por despacho, que, no decurso de uma pesquisa informática ou de outro acesso legítimo a um sistema informático, se proceda à apreensão de dados informáticos necessários à produção de prova, tendo em vista a descoberta da verdade material (artigo 16.º, n.º 1 da Lei do Cibercrime), consoante seja mais adequado e proporcional, tendo em conta os interesses do caso concreto (artigo 16.º, n.º 7 da Lei do Cibercrime),

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 15.º e 16.º, da Lei do Cibercrime – Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro, a pesquisa de dados informáticos e a subsequente apreensão deverá ser efetuada através de meio adequado e proporcional, nos termos do n.º 7 do sobredito artigo 16.º, atenta a fase em que se encontra o presente inquérito, devendo ser atempadamente elaborado e apresentado o auto a que se reporta o artigo 253.º do

332  
7

Processo: 1574/22.0KRPRT  
Referência: 414538068



**DIAP Regional do Porto**

**1ª Secção – Porto**

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

**Inquérito**

Código de Processo Penal *ex vi* artigo 15.º, n.º 4, al. b), daqueloutra Lei, devendo em todo o caso a autoridade policial ter em conta o disposto nos n.º 3 e o n.º 4 do respetivo artigo 16.º.

Ora, nos autos a pesquisa de dados informáticos em equipamentos pertencentes e/ou utilizados pelos suspeitos e nos locais *infra* referidos, revela-se fundamental para a descoberta da verdade ou para a prova, porquanto possibilitarão carrear para os autos relevantes elementos de prova que permitirão, em última análise, alcançar a descoberta da verdade material.

Com efeito, as pesquisas de dados informáticos constituem diligências imprescindíveis para a descoberta da verdade, mormente para demonstrar de forma cabal as práticas indiciadas *supra* descritas.

Na verdade, para se carream os autos com elementos de prova imprescindíveis para apurar se os sobreditos crimes foram ou não praticados, é fundamental pesquisar e apreender todos os equipamentos pertencentes e/ou utilizados pelos suspeitos e, bem assim, aqueles que se encontrem nos locais *infra* identificados.



**DIAP Regional do Porto**

1.ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telex: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

Inquérito

**4. Do dispositivo**

**4.1. Das buscas não domiciliárias e consequentes apreensões**

Face aos elementos coligidos nos autos revela-se, desde logo fundamental para a descoberta da verdade material proceder à apreensão de todos os elementos relevantes para a prova e/ou para a descoberta da verdade material, nas instalações da Câmara Municipal de Ponte da Barca, sita na Praça Dr. António Lacerda 8, 4980 – 620 Ponte da Barca e, bem assim, nos demais locais onde o Município de Ponte da Barca conserve em arquivo os documentos relacionados com os factos *supra* descritos.

Pelo exposto, determina-se a emissão dos competentes mandados de busca e apreensão (artigo 111.º, n.º 3, alínea a), do Código de Processo Penal), diligências que serão efetuadas pela Polícia Judiciária, órgão de polícia criminal competente, no prazo máximo de 30 dias, conforme disposto no artigo 174.º, n.º 4 do Código de Processo Penal e com observância do disposto no artigo 176.º, n.ºs 1 e 2 do mesmo diploma.

**4.2. Das revistas e consequentes apreensões**

Verificando-se os pressupostos constantes das disposições conjugadas dos artigos 1.º, n.º 1, alínea b), 174.º, n.º 1 e n.º 3, 175.º e 267.º do Código de Processo Penal, para a recolha de elementos de prova necessários à descoberta da verdade, determina-se a realização de revistas aos suspeitos e, bem assim, às pessoas que forem encontradas no interior dos locais *supra* identificados, caso exista a suspeita de ocultação de quaisquer objetos relacionados com os tipos de ilícito em apreço ou que possam servir de prova.

333  
7

Processo: 1574/22.0KRPRT  
Referência: 414538068



## DIAP Regional do Porto

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

### Inquérito

#### 4.3. Da pesquisa de dados informáticos e consequentes apreensões

1. Determina-se a realização de pesquisa em ambiente informático, mormente computadores, servidores, pens, drives, pendrives, à documentação em ambiente digital, bem como a apreensão dos dados informáticos necessários para a produção da prova (cfr. artigo 15.º e 16.º da Lei do Cibercrime), podendo, inclusivamente, a apreensão de dados informáticos ser realizada pela apreensão dos suportes onde se encontram instalados os sistemas ou dos suportes onde estão armazenados os dados informáticos, bem como dos dispositivos necessários à respetiva leitura (cfr. artigo 16.º, n.º 7, alínea a), da Lei do Cibercrime);
2. Determina-se a realização de cópia, em duplicado e em suporte digital, dos dados pesquisados e apreendidos, nos termos do disposto nos artigos 2.º, alíneas a) e b), 11.º, 15.º, n.ºs 1, 2 5 e 6, 16.º, n.ºs 1, 3, 7 e 8 da Lei do Cibercrime.
3. Determina-se a realização de cópia, em duplicado e em suporte digital, das mensagens de correio eletrónico e registos de natureza semelhante pesquisados e cautelarmente apreendidos, nos termos do disposto nos artigos 2.º, alíneas a) e b), 11.º, 15.º, n.ºs 1, 2 5 e 6, 16.º, n.ºs 1, 3, 7 e 8 e 17.º da Lei do Cibercrime.
4. Determina-se a elaboração de auto, nos termos do disposto no artigo 253.º do Código de Processo Penal, identificando os elementos de prova que reputa de relevantes para a prova, a fim de, ulteriormente, o Ministério Público proceder à correspondente subsunção jurídica e, bem assim, para, eventualmente, determinar a apreensão definitiva nos termos do disposto no artigo 16.º, n.º 1 e n.º 3 da Lei do Cibercrime e, bem assim, para remeter, se for o caso, os autos ao Mmo. Juiz de Instrução Criminal, a fim de se ordenar/autorizar a apreensão definitiva nos termos do disposto no artigo 17.º e/ou



**DIAP Regional do Porto**

1ª Secção – Porto

Rua de Camões, 155

4049-074 Porto

Telef: 225513510 Fax: 220922414 Mail: porto.diapregional@tribunais.org.pt

Inquérito

para ordenar a junção aos autos nos termos do disposto no artigo 16.º, n.º 3 do referido diploma legal.

5. Prazo para a realização da pesquisa: 30 dias (artigo 15.º, n.º 2 da Lei do Cibercrime).

**B. Das comunicações**

1. Comunique o presente despacho à Exma. Senhora Procuradora-Geral Adjunta, Diretora do D.I.A.P. Regional do Porto, com conhecimento à Exma. Senhora Procuradora da República, Dirigente do D.I.A.P. Regional do Porto, que foi determinada a realização de buscas não domiciliárias e pesquisas de dados informáticos nas instalações da Câmara Municipal de Ponto da Barca.
2. Em respeito pela autonomia técnica e tática, dê, de imediato, conhecimento ao O.P.C. competente do teor do presente despacho, informando, que o Ministério Público, em obediência ao disposto no artigo 174.º, n.º 3, *in fine*, do Código de Processo Penal, não presidirá, por impossibilidade decorrente do demais serviço adstrito ao signatário, à diligência de obtenção de prova.
3. Volido o prazo de 25 dias e nada vindo, conclua os autos com menção, em cota, que o faz considerando que os prazos prescritos pelos artigos 15.º, n.º 2 da Lei do Cibercrime e 174.º, n.º 4 do Código de Processo Penal se encontram próximos do seu termo.
4. D.N., tendo em vista a entrega dos autos ao OPC competente (cfr. fls. 321).

(processado e revisto – artigo 94.º, n.º 2 do Código de Processo Penal)

Porto, 10/09/2025.

Procurador da República

‘Mago de Rocha Pacheco’